



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 20/16, DE 28 DE OUTUBRO DE 2016

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro

Sra. Vice-Presidente, Dra. Ana Paula dos Santos Faria Neves

Sr. Vereador, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vereador, Prof. José Manuel da Costa Pires de Moura

Sra. Vereadora, Eng.ª Cátia Soraia Santos Figueiredo

Sr. Vereador, Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto

Sra. Vereadora, Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Pelas catorze horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em virtude da Secretária das Reuniões de Câmara, se encontrar ausente, por motivos de saúde, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento, que a presente reunião será secretariada pelo Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, André Hélio Fonseca Correia, em substituição da Coordenadora Técnica, Maria José Mendes Dias das Neves.

A Câmara tomou conhecimento.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

A Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, moradora na Quinta das Boiças, freguesia de Tábua, deu início à sua intervenção, referindo estar a representar um grupo de moradores da Quinta da Boiças, também presentes na sala,



CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente, o Sr. Rui Moura, o Sr. Carlos Soares e a Sra. D. Cesaltina Marques, tendo reportado de seguida todo o histórico relativo ao problema exposto na Reuniões de Câmara de 27 de janeiro e 23 de março de 2016, que até ao presente momento não se encontra resolvido.

Contou, que este historial foi remetido para os emails dos Senhores Vereadores, não sendo por falta de informação que este problema não é solucionado.

Neste âmbito, questionou sobre o tempo que demorou a ser registado nos serviços a entrada do documento, rececionado por um funcionário da autarquia, no dia 1 de junho de 2016, para ser entregue ao Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, o qual só teve registo de entrada no mês de julho.

Realçou, que o problema da vedação construída ilegalmente, encontra-se por resolver, assim como, a construção da vedação para limitação da circulação dos canídeos do reclamado.

Referiu, que as aves propriedade do reclamado continuam à procura de alimento nas propriedades vizinhas, algo que não está correto.

Alertou, que está por finalizar o alcatroamento da via pública da Quinta das Boiças, em que os principais lesados são a Sra. Cesaltina e o Sr. Carlos Soares, referindo ainda, que o único local onde as pessoas podem recuar é na propriedade do Sr. Rui Moura, que muitas vezes faz de rotunda.

Esclareceu, que as suas exposições foram elaboradas coletivamente, com a permissão do grupo de moradores evidenciado no processo e portanto ousa perguntar quem a questiona quando fala a uma só voz, estando alguns presentes neste momento.

O Sr. Rui Moura solicitou a palavra, para referir que subscreve tudo o que foi exposto pela Sra. Dra. Isabel Pessoa Lopes, esclarecendo ainda, que foi o primeiro signatário do abaixo-assinado de 1998, assim como o assinado pelos três vizinhos confinantes em fins de março deste ano e o segundo cerca de seis semanas depois e desses dois abaixo-assinados, questionando, qual a situação



CÂMARA MUNICIPAL

do processo, porque até ao momento não aconteceu nada, tendo inclusive enviado um email a reportar a situação em causa, do qual não obteve resposta.

Usando da palavra, a Sra. D. Cesaltina Marques, destacou a dificuldade de acesso com viaturas à casa de que é proprietária, tendo inclusive comprado um apartamento na Vila.

Realçou, as palavras proferidas pela Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, relativamente aos problemas apresentados anteriormente, visto ser uma das mais prejudicadas com a não resolução da situação.

Interveio, o Sr. Carlos Soares, referindo ser uma das pessoas mais lesadas com os problemas que foram apresentados, porque tem um terreno mesmo à beira da estrada que confine com o reclamado, o qual está legalizado para construção, mas enquanto não se resolver está situação não vai construir.

Esclareceu, que a estrada é estreita não permitindo o acesso a carros, não tendo condições de circulação, referindo alguns pormenores sobre a construção do muro.

Relativamente aos assuntos expostos, o Senhor Presidente da Câmara, começou por responder à Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, esclarecendo que mantém aquilo que disse desde o primeiro dia, relativamente à sua representatividade, visto nunca ter provado a sua legitimidade para escrever e intervir em nome de terceiros, mas que esse facto nunca foi impeditivo para analisar as suas reclamações e dar as devidas respostas e adotar os procedimentos devidos.

Sobre a vedação, esclareceu que é do conhecimento de todos que existe um processo de contraordenação a decorrer e que existem procedimentos, prazos e regras a cumprir, tendo os herdeiros dessa propriedade um advogado a tratar deste caso, o qual tem respondido ao processo, estando a decorrer os seus trâmites.



CÂMARA MUNICIPAL

Garantiu, que a obra da vedação é ilegal e que não irá permanecer naquele alinhamento, podendo, contudo, demorar algum tempo a resolver.

Quanto à questão dos cães, também foi esclarecida do resultado da vistoria técnica, tendo-lhe sido remetido o relatório, do qual teve conhecimento, não lhe assistindo o direito para exigir qualquer alteração, uma vez que o documento é da responsabilidade dos técnicos que o subscreveram, incluindo a delegação do Ministério da Saúde.

Sobre as aves, referiu que essa situação não é da competência municipal, mas sim provavelmente das instituições responsáveis pela conservação da natureza.

No que diz respeito aos metros de estrada que faltam alcatroar, o Senhor Presidente explicou que nos próximos tempos essa situação não será resolvida, porque existem casos mais urgentes no concelho.

A Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, solicitou novamente a palavra, para referir que aceita o que foi dito relativamente ao problema estar a ser tratado, sendo uma questão de tempo, realçando ainda, que o Senhor Presidente da Câmara tem de entender a sua preocupação com o alongar com a ausência de informação por parte do Município, visto que os moradores é que tem de conviver todos os dias com estas situações.

Em resposta ao declarado, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que tal não corresponde à verdade, visto a Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, ter preenchido um conjunto de reclamações no Balcão Único deste Município sobre este assunto, as quais foram alvo de análise e resposta dos serviços.

O Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, explicou que a Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, recebeu inúmeras cartas evidenciando todos os atos praticados pelo Município, referindo ainda, o descrito no relatório que sobre a ilegalidade da vedação, tanto que foi levantado um auto de contra ordenação.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente à situação dos cães, sobre a qual disseram não ter sido nada feito, o Senhor Vereador, elencou que foi dado provimento a uma vistoria, que integrou para além do Senhor Veterinário Municipal, elementos do Centro de Saúde, tendo sido elaborados dois relatórios técnicos, com fotografias a comprovar.

Enalteceu, que a Câmara sempre agiu de boa fé, cumprindo todas as regras na agilização dos processos, esclarecendo, que a carta demorou mais tempo a dar entrada nos serviços, a pedido da reclamante, porque tinham de ser analisados todos os pontos, tendo em consideração a realização de duas vistorias, tanto da parte urbanística como ambiental.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:

O Senhor Presidente da Câmara, iniciou a sua intervenção, dando nota de que a Associação dos Municípios do Planalto Beirão, na sequência de uma informação prestada em Reunião de Câmara, tinha submetido uma candidatura no PO SEUR de cerca de 19 milhões de euros, a qual apesar das dificuldades na aprovação foi financiada na totalidade.

Enalteceu, que este financiamento irá ser usufruído por todos os municípios pertencentes à associação, no que toca à recolha de resíduos seletiva e ao seu tratamento e que o Município de Tábua irá receber um investimento de 400 a 500 mil euros, neste âmbito.

Deu conhecimento, que no passado dia 14 de outubro, esteve presente na Gala “*Os melhores do Dão*” 2016, que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, do Senhor Presidente da CVR Dão, Dr. Arlindo Cunha e do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Almeida Henriques, os quais elogiaram o trabalho que esta a ser desenvolvido pela Associação de Municípios e em relação à forma como a mesma está a ser gerida.



CÂMARA MUNICIPAL

Referiu, que decorreu nos dias 21 a 23 de outubro, o Congresso Internacional de Nutrição e Segurança Alimentar (CINSA), no Centro Cultural de Tábuia, promovido pela Fundação Sarah Beirão/António Costa Carvalho, IPSS, onde participaram 33 oradores, especialistas nacionais e internacionais das mais diversas áreas, como por exemplo: saúde pública, doenças crónicas não transmissíveis, nutrição comunitária, dieta mediterrânica, políticas alimentares, entre outras.

Informou, que no passado dia 23 de outubro, esteve presente numa iniciativa da nova Associação Cultural e Recreativa de Vila Nova de Oliveirinha, muito participada, reconhecendo a organização da mesma, com os seus responsáveis a trabalhar de uma forma muito interessante, com a sua sede na casa que faz parte do património da Fundação Octávio Maria de Oliveira.

Deu conta, que esta associação pretende levar a cabo algumas obras de melhoramentos neste edifício, que é na sua opinião um património com muito valor com mais de 200 anos de existência.

Finalizou a sua intervenção, dando conta de algumas situações relativas ao assunto apresentado na parte da Audição do Público, lamentando as palavras proferidas pela reclamante, que não correspondem à verdade.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DA SENHORA VICE-PRESIDENTE, DRA. ANA PAULA NEVES:

Interveio, a Senhora Vereadora, Dra. Ana Paula Neves, lamentando a situação exposta pela Dra. Isabel Pessoa Lopes, referindo, que acredita que os serviços vão resolver este assunto cumprindo todos os trâmites legais necessários, com a maior celeridade possível.



CÂMARA MUNICIPAL

Informou, que o Coro Polifónico Municipal de Tábua esteve em Ourense, nos dias 22 e 23 de outubro, onde foram muito bem recebidos, salientando ainda, que os espanhóis gostaram imenso de ouvir a sua atuação, tanto que reportaram a sua satisfação com o envio de emails altamente elogiosos.

Ainda no âmbito das atuações do Coro, mencionou que receberam um convite pelo Orfeão de Mortágua, para atuar no “Concerto de Outono”, que irá ser realizado amanhã, dia 29 de outubro, em Mortágua.

Deu conhecimento, que reuniu a pedido da Santa Casa da Misericórdia de Tábua, o Conselho Local de Ação Social para ser apresentada a equipa e o projeto da Rede Local de Intervenção Social, o qual pode vir a introduzir algumas alterações ao nível do atendimento até no próprio serviço local de ação social.

Realçou, que esta equipa tem no seu projeto e no seu plano de trabalho previsto, uma presença e atendimento em todas as freguesias, nas 15 e não nas 11, porque consideram que a existência de instalações permite esse modelo de trabalho.

Neste âmbito, lamentou a demora na escolha entre as duas candidaturas que apareceram para o nosso concelho, pelo que não deve ter sido fácil provavelmente escolher uma, esperando que tenham escolhido a melhor para levar a cabo durante 3 anos, este serviço de atendimento e acompanhamento social.

Mencionou, que esta Rede Local de Intervenção Social em conjunto com os Espaços do Cidadão de Midões e Mouronho, vai ser de certeza um grande benefício para as nossas populações.

Salientou, que futuramente irá apresentar um projeto chamado Plano Municipal de Leitura, aproveitando a presença destes técnicos em todas as freguesias, abrindo um espaço de leitura com o fundo documental presente na Biblioteca Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre a temática da saúde mental, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, destacou o encerramento de alguns hospitais e as grandes evoluções nesta área, realçando que há cerca de um ano, uma equipa da Unidade do Sobral Cid do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra vem ao nosso concelho todas as quintas-feiras atender os nossos doentes mentais, que são mais ou menos 100, sendo que 30 já estão em instituições seniores, o que na sua opinião não é aconselhável.

Deu nota, que a Segurança Social já penalizou algumas IPSS's do nosso concelho, nomeadamente o Centro Social de Midões e Casa do Povo de Espariz, referindo alguns casos de pessoas que ainda não são seniores mas estão nessas instituições.

Reforçou, a necessidade de ter no concelho uma instituição que efetivamente trate da saúde mental, esclarecendo, que tivemos a possibilidade de isso acontecer em Vila Nova de Oliveirinha num espaço da Fundação Octávio Maria de Oliveira, tendo o Centro Social de Midões assinado um protocolo com a fundação e avançado com a concordância da Segurança Social para uma unidade de vida apoiada e fórum ocupacional, mas a verdade é que a regulamentação da lei nunca chegou e eles investiram cerca de 100 mil euros nesse espaço que não pode ser ocupado.

Realçou, que a Dra. Célia Franco, médica responsável pela equipa que se desloca a Tábuva, está muito interessada por este caso, visto não termos uma unidade de resposta, esperando que seja um passo à frente no tratamento da saúde mental no nosso concelho, que é uma preocupação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. RICARDO CRUZ:

Após ter cumprimentado os presentes na Reunião de Câmara, o Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, demonstrou o seu desagrado com a situação que ocorreu na Audição do Público, referindo que se existe algo que este executivo



CÂMARA MUNICIPAL

tem feito é resolver os problemas da população e portanto as respostas foram dadas de forma correta.

Esclareceu, que pela primeira vez na história da Câmara Municipal foram feitas duas vistorias para o mesmo caso, pelo que já começa a incomodar alguma situação que se esteja a passar com esta mesma questão.

Informou, que o Ginásio Municipal de Tábua comemorou, no passado dia 15 de outubro, o seu terceiro aniversário, que este ano foi assinalado com um jantar de convívio e visita às futuras instalações desta infraestrutura municipal, localizadas no Estádio Municipal de Tábua, nomeadamente à Sala Power, destinada à prática das modalidades de cardiofitness e musculação, e à Sala Move, destinada às aulas de grupo, estando prevista a sua abertura oficial para o dia 2 de janeiro de 2017.

Destacou, que durante a parte da manhã o Ginásio Municipal esteve aberto com acesso gratuito ao público, para que pudessem participar nas aulas de Piloxing e Cross Training, bem como praticar Musculação e Cardiofitness, desafio ao qual responderam positivamente dezenas de pessoas.

Mencionou, que celebrou-se no dia 16 de outubro o Dia Mundial da Alimentação e o Município de Tábua associou-se a esta comemoração com a distribuição de um folheto com ementas deliciosas e saudáveis, no Mercado Municipal de Tábua, com produtos endógenos, que podem ser adquiridos neste espaço todos os sábados e domingos do ano.

Deu nota, que foi realizado no passado dia 22 de outubro, na Sala Municipal de Desporto de Candosa, o IV Torneio de Ténis de Mesa, inserido no 3.º Circuito Municipal de Ténis de Mesa, fruto da parceria entre o Município e a Casa do Povo de Tábua, que contou com a participação de mesa tenistas oriundos das várias freguesias do concelho de Tábua e do concelho de Oliveira do Hospital.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente a atividades previstas na agenda do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Tábua, informou, que decorreu no passado dia 23 de outubro, mais uma edição da Caminha de Outono, com um percurso de 12 km pela natureza.

Integrado no 36.º Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, decorre de 21 de outubro a 1 de novembro, o Senhor Vereador deu conta que o Município de Tábua participou no 3º Salão Nacional de Vinhos, organizado pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), dando a conhecer e a provar aos visitantes o vinho do Dão produzido pelos produtores do concelho, Donnaires, Picos do Couto e Ladeira Santa, todos eles de denominação de origem protegida.

Felicitou, o jovem Romeu Gouveia, pela sua nomeação com candidato a Jovem Promessa do Ano pela Confederação do Desporto de Portugal, pelos resultados obtidos na modalidade de Trail, sendo o primeiro atleta tabuense a obter tal distinção nacional, apesar de não ter sido escolhido para os 5 finalistas, facto este que deve ser motivo de orgulho e regozijo para os tabuenses, referindo ainda, que nos 5 primeiros estão nomes de atletas como o do futebolista, Renato Sanches, ex-atleta do S.L. Benfica, pertencente aos quadros da equipa alemã, Bayern de Munique.

Enalteceu, a sua enorme satisfação, relativamente ao projeto de promoção da modalidade de basquetebol com o Sampaense Basket, que finalmente deu frutos, sendo neste momento dinamizado pela Casa do Povo de Tábua, com o nome Tábua Basket, com uma equipa feminina de SUB 19, que alcançou a sua primeira vitória no passado dia 19 de outubro, no Campeonato Interdistrital de Basquetebol.



CÂMARA MUNICIPAL

Referiu, que no dia 16 de outubro, esteve presente em mais um aniversário do Rancho de Covas, neste caso celebrado nas instalações da Associação da Venda da Esperança.

Salientou, que no passado dia 26 de outubro, teve a oportunidade de fazer uma palestra sobre Desporto Autárquico na disciplina de Organização e Gestão Desportiva ao Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, por convite do Agrupamento Escolas de Tábua e do Prof. Marco Abreu, para explicar o dinamismo da área de desporto no nosso concelho.

Sobre a área do ambiente, referiu que está encerrado o Plano de Ação para a eficiência energética de Tábua, elaborado em parceria com a AREAC, da qual somos associados, que nos permitiu não só fazer uma radiografia do concelho de Tábua ao nível da poupança de energia, como também apresentar soluções para que ano após ano apareçam resultados neste âmbito.

A finalizar a sua intervenção, o Senhor Vereador, realçou os resultados uma avaliação aos municípios portugueses intitulada por “City – Performance Índice”, na qual o Município de Tábua aparece acima da média nacional na área social e ambiental e no 7.º lugar do ranking em termos da esperança média de vida, o que de certo modo valida todo o trabalho e investimento que tem sido realizado na melhoria da qualidade de vida.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, PROF. JOSÉ MOURA:

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Prof. José Moura, cumprimentou os presentes, reforçando de seguida, as palavras proferidas pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, relativamente à atuação do Coro Polifónico Municipal de Tábua em Ourense, que na sua opinião teve um grande impacto e foi mais uma vez, uma oportunidade de crescimento, até porque foi a primeira vez que atuou no estrangeiro.



CÂMARA MUNICIPAL

Realçou, a atividade promovida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no âmbito de uma ação de sensibilização intitulada por "Alienação Parental - Mito ou Realidade?", realizada no passado dia 20 de outubro, Biblioteca Pública Municipal João Brandão de Tábua, dinamizada pela Dra. Maria de Fátima Duarte, técnica da Comissão Nacional e Interlocutora das CPCJ's do Distrito de Coimbra, salientando a importância destas iniciativas para encarregados de educação e técnicos da área da educação.

No que diz respeito à presença de professores, verificou-se uma participação muito reduzida, apesar do interesse, importância e pertinência do tema, o que se poderá justificar com o horário da iniciativa e agenda de trabalho das escolas, cumprimento dos programas e volume de reuniões nessa semana, considerando que vários docentes haviam manifestado interesse em participar.

Apresentou, contudo, a proposta de se poder articular a realização de iniciativas desta natureza com a escola, nomeadamente através da participação em reuniões, por exemplo, de coordenação de diretores de turma.

Finalizou, referindo que este ano o Agrupamento de Escolas de Tábua candidatou-se novamente à iniciativa "Parlamento dos Jovens", que é um programa com objetivos pedagógicos muito interessantes, que muitas vezes elevam e envolvem outras competências, que acabam por complementar o trabalho desenvolvido na sala de aula e de conteúdos específicos das diferentes disciplinas.

Relativamente a este assunto, realçou que este ano a temática se refere à Constituição Portuguesa, por ocasião da comemoração do seu 40º aniversário, e que no caso do ensino secundário irá existir um desafio que consiste na implementação da constituição e sua articulação com o poder local, pelo que desafiou os membros deste órgão autárquico a reunir com as equipas de jovens candidatas a este programa.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.^a CÁTIA FIGUEIREDO:

Interveio, a Senhora Vereadora, Eng.^a Cátia Figueiredo, deixando uma palavra de agrado pelas palavras proferidas pela Senhora Vice-Presidente da Câmara sobre a temática da saúde mental, referindo uma situação a nível familiar, onde a pessoa teve de se deslocar para fora do concelho, porque não temos uma unidade de resposta para este género de problemas, a qual na sua opinião é de grande necessidade.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, Dr. NUNO ABRANCHES PINTO:

O Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, usando da palavra, congratulou a BLC3 – Campus de Tecnologia e Inovação, de Oliveira do Hospital, pelo projeto português “*Centro BIO*”, distinguido em Bruxelas, no passado dia 11 de outubro, com o prémio RegioStars da Comissão Europeia, com o qual ficou muito impressionado.

Mencionou, que foi através da comunicação social que ficou a conhecer o teor do projeto premiado, enaltecendo a sua importância para a região, esclarecendo ainda, que ficou encantado ao ouvir uma entrevista na rádio, que teve como interveniente o responsável pela BLC 3, dando conhecimento que o mesmo informou existir a possibilidade de criar na zona da Beira Serra (Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil e Góis), um projeto piloto em termos de auto sustentabilidade, que permita afastar os combustíveis fósseis, num discurso muito fluente, interessante e criativo.

Referiu, neste sentido, que Tábua tem obrigação de fazer um esforço no sentido de corresponder às expectativas de regionalidade do projeto, marcando uma posição firme, clara e sólida neste projeto, por intermédio do Município, manifestando disponibilidade para prestar os apoios que forem necessários, porque na sua opinião devemos subscrever a perspetiva desse responsável, num



CÂMARA MUNICIPAL

projeto que faz mais sentido em termos regionais e que vai dar muito que falar, no início de uma história longa, pioneira e de grandes sucessos.

Sobre outra instituição relevante em termos de zona da Beira Serra, o Senhor Vereador referiu que esteve em destaque na comunicação social durante esta semana, a Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Oliveira do Hospital, no âmbito da cerimónia de abertura do ano letivo, que contou com presenças de enorme destaque, julgando ser interessante, no caso da existência de convite, o Município marcar posição na promoção e desenvolvimento desta unidade de ensino, até no sentido de garantir a sobrevivência da mesma, que é do interesse para a região.

Relativamente aos convites, por parte deste género de instituições, esclareceu que os mesmos se vão proporcionando à medida que vai havendo dialética entre as partes.

Questionou, o Senhor Presidente da Câmara, sobre a realização do agora “*Rally de Arganil*”, visto ter sido mandatado por uma deliberação tomada em Reunião de Câmara, para conduzir um processo de organização e participação no “*Rally da Beira Serra*” em determinados parâmetros, mesmo não sendo um mandato fechado ou rígido, onde teria a liberdade de o gerir, para que Tábua marcasse presença neste evento que aparentemente teria interesse do ponto de vista municipal.

Lamentou, ser confrontado com um comunicado por parte do Presidente da associação Automóvel Clube do Centro, no qual manifestou repúdio e estranheza pela forma como o Município abandonou o projeto.

Referiu, não tomar como absolutamente garantidas as declarações do Presidente da referida associação, não deixando contudo de solicitar esclarecimentos sobre o sucedido.



CÂMARA MUNICIPAL

No que diz respeito à intervenção dos intervenientes na Audição do Público, nomeadamente, à Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes, o Senhor Vereador, lamentou em certa medida que entretanto tenham saído sem ouvir a opinião dos restantes Vereadores, não valorizando a posição dos mesmos.

Informou que por um lado, a Câmara Municipal tem de marcar uma distinção muito clara entre o que é um procedimento administrativo, esclarecendo neste âmbito os moldes processuais relacionados com o mesmo e a sua objetividade em termos de tratamento à luz do Código de Procedimento Administrativo.

Salientou, que quanto a este aspeto, a Câmara tem atuado bem, com isenção e objetividade, recordando ter assinalado apenas duas circunstâncias que na sua opinião são desabonatórias no sentido construtivo, nomeadamente no preço exorbitante de um pedido de exame ao nível de ruído, que é absolutamente escandaloso, só fazendo sentido no caso da queixa do reclamante ser completamente descabida e a outra relativa ao incomodo e transtorno que os moradores devem sentir perante a situação que foi apresentada, o que está longe de imaginar.

Sobre este assunto, enalteceu, que ninguém pode desvalorizar aquilo que está em causa, porque às vezes uma situação de vizinhança pode resultar em situações trágicas e dramáticas.

Reportou, que fora do âmbito do procedimento administrativo, não se revê minimamente na forma como a Câmara tem lidado com a situação apresentada, visto haver alguma sobrançeria e falta de sensibilidade, salientando que as questões sobre a representatividade são desconversar e que só o facto da reclamante viver nesse espaço está no direito de querer ver o problema resolvido.

Destacou, que a Câmara tem de se focar naquilo que é o problema e não desviar o assunto com certas questões, apelando, a que exista uma maior isenção, rigor e distanciamento, relativamente à forma como as questões são colocadas, bem como, uma maior sensibilidade na maneira como lidam com os munícipes.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente à questão da BLC 3, o Senhor Presidente informou que também ficou satisfeito pela obtenção do prémio e que teve a honra de ser convidado para integrar o Conselho Consultivo desta associação, em representação do Município de Tábua e da Associação dos Municípios do Planalto Beirão.

Sobre o Rally, mencionou que fez simplesmente aquilo para que foi mandatado, nem mais nem menos, assumir 25% das despesas, desde que houvesse uma prova a título experimental este ano e solicitar o protocolo para submeter à consideração dos Senhores Vereadores antes do 6 de outubro, no entanto, o Presidente do Automóvel Clube do Centro simplesmente insistiu e enviou o protocolo para 3 anos, onde o Município de Tábua tinha de assumir um terço das despesas.

Realçou, que atitude do Senhor Presidente do Automóvel Clube do Centro foi muito negativa para o nosso Município, o qual não foi correto em determinadas situações, esclarecendo ainda, que diversas provas de rally organizadas por esta associação também já foram suspensas em outros concelhos, pelo que defendeu sempre os interesses da nossa autarquia.

No que diz respeito à intervenção da Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes e um pedido de exame ao nível de ruído, referiu existir um Regulamento de Taxas aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, o qual só tem de cumprir, esclarecendo, neste âmbito, que o Município tem de contratar este serviço a uma empresa e tal situação alberga custos que a autarquia não tem de suportar.

Quanto à legitimidade de representação dos proprietários por parte da reclamante, o Senhor Presidente da Câmara referiu que já esclareceu o assunto e que isso nunca impediu nem pôs em causa a verificação da situação e adoção dos procedimentos devidos.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. MARIA DO ROSÁRIO FONSECA:

Usando da palavra, a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, após ter cumprimentado os presentes, questionou o Senhor Presidente sobre o limite dado ao reclamado para efetuar a legalização do muro em questão, visto ter sido deliberado em Reunião de Câmara o prazo de mais 90 dias.

A Senhora Vereadora, questionou o Senhor Presidente, sobre a hora de recolha do vidro, pelo facto de ter visualizado numa notícia no facebook em que afirmavam que o vidro era despejado às 6 da manhã, realçando, a sua estranheza, tendo em consideração o barulho enorme que é feito na realização deste serviço, ainda para mais em horas de descanso.

Solicitou, informações acerca do ponto de situação da cobrança do IVA relativo à limpeza de fossas, interrogando, se a Autoridade Tributária deu alguma informação ou se foi apurado alguma coisa junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses ou qualquer outra entidade que possa esclarecer sobre esta questão, visto o cidadão poder estar a ser prejudicado financeiramente com o alongar deste assunto.

Mencionou, que foi anunciado em abril a abertura do Hotel de Tábua até ao final do ano, pelo que questiona se a mesma vai avançar nos próximos dois meses.

Ainda no uso da palavra, a Senhora Vereadora, lamentou, o encerramento da agência do BPI.

Referiu, que gostaria de saber se existem indicações por parte do Governo, relativamente às alterações de legislação no âmbito da posse da gestão de terras,



CÂMARA MUNICIPAL

visto ter ocorrido uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros em que foi anunciado que ia haver alterações, bem como, se há ideia do empenho e custos associados para a autarquia.

Por fim, no que concerne à parte de Audição do Público, a Senhora Vereadora fez questão que conste em ata, a sua intervenção, nomeadamente em relação à situação apresentada pela Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes.

Destacou, a postura da reclamante, que tem dado a cara para expor uma situação gravíssima, estando presente nesta reunião com três proprietários, salientando, que não a conhecendo poderia ter uma interpretação diferente, embora não o deva fazer na posição em que está, mas quando o Sr. Carlos Soares e a Sra. Cesaltina Marques, deram também conhecimento dos seus problemas do dia a dia, ficou sem qualquer dúvida sobre a gravidade dos problemas apresentados, até porque são prejudiciais a vários níveis e até de grande desgaste emocional.

Salientou, que a postura mantida pelo Senhor Presidente de Câmara é exclusivamente do mesmo, que lhe desagrada enormemente, tendo em consideração que a Senhora Dra. Isabel Pessoa Lopes veio apresentar uma situação e não foi bem tratada, referindo, que a mesma nem sequer foi mal educada.

Realçou, que o assunto apresentado deve ser resolvido fora das Reuniões de Câmara, não fazendo qualquer sentido tratar destes problemas aqui, mencionando ainda, que o Senhor Presidente acusou a reclamante de ser destabilizadora do local onde habita, algo que não aceita, visto que a mesma sendo ou não proprietária tem direito ao mesmo tratamento que todos os outros munícipes.

Neste âmbito, destacou, que o Senhor Presidente deve tratar com respeito as pessoas, em especial as que se apresentam em Reunião de Câmara, não havendo motivo para não haver uma conversa adequada.



CÂMARA MUNICIPAL

Esclareceu, que independentemente da hora a que a reclamante é recebida nos serviços municipais, os funcionários estariam no direito de não atender, mas se atenderam fizeram o seu trabalho, não parecendo na sua opinião que vá resolver assunto absolutamente nenhum esse facto.

Em resposta à Senhora Vereadora, o Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu desagrado, realçando que não admite estar a ser chamado de mal-educado, uma vez que não tratou mal ninguém, apenas reportou determinados factos em que a postura da reclamante não foi a mais adequada.

Informou, que o reclamado foi notificado para demolição da vedação e construir uma vedação para os cães, tendo dado um prazo de 90 dias para proceder em conformidade.

Acredita, que o procedimento não é célere como as pessoas desejam, mas os prazos legais são para ser cumpridos na íntegra.

Em relação à recolha do vidro, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a recolha é sempre feita no período noturno.

Quanto ao IVA cobrado relativo à limpeza de fossas, foi submetido um pedido de informação ao serviço de finanças da Direção Geral dos Impostos, o qual comunicou que o pedido estava a ser analisado e que em breve iremos ter uma resposta.

Sobre o Hotel de Tábua, aquilo que tem conhecimento é que a empresa se mantém interessada em abrir o espaço, mas tem estado com obras em outros espaços que tinham urgência em colocar a funcionar.

No que diz respeito ao encerramento da agência do BPI em Tábua, o Senhor Presidente também lamentou o encerramento, lembrando, que também que ao todo fecharam mais 25 balcões, como o Miranda do Corvo, Arganil, Carregal do Sal, entre outros.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente à posse da gestão de terras, afirmou que também tem conhecimento dessa reunião, no entanto não dispõem de mais informações sobre esse assunto.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA N.º 18/16, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016:

Deliberação n.º 297 – Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 19/16, DE 12 DE OUTUBRO DE 2016:

Deliberação n.º 298 – Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não participando na votação, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto e a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, pelo facto de não terem participado na reunião em questão.

3. CONTRATO DE ARRENDAMENTO – PRORROGAÇÃO/SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TÁBUA:

Deliberação n.º 298 – Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o ofício n.º 1298, datado de 4 de outubro de 2016, da Santa Casa da Misericórdia de Tábua, que se dá por reproduzido, respeitante ao prorrogamento do contrato de arrendamento celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Tábua, que terminou no passado dia 30 de setembro de 2016 e que teve por objeto a ocupação do terreno onde se encontra instalado o estaleiro municipal e oficina, considerando que, até ao momento, não foi possível proceder à total remoção dos materiais, maquinaria e veículos automóveis existentes no local.



CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com cinco votos a favor, dois votos contra e zero abstenções, aprovar o seguinte:

- a) Celebrar um aditamento ao contrato, por um período de 6 meses, com início em 01 de outubro de 2016 e término em 31 de março de 2017;
- b) Alterar o teor da cláusula 3 do artigo 8.º, do aditamento ao contrato de arrendamento, onde deverá constar o seguinte: *“A execução das infraestruturas do loteamento e sua aprovação, deverá estar concluída até à data limite de 31 de agosto de 2017.”*
- c) A contrapartida financeira no mesmo valor, ou seja 1.500€ (mil e quinhentos euros) mensais, o que perfaz a quantia de 9.000€ (nove mil euros), pelos 6 meses constantes no contrato, valor esse a liquidar no acto da assinatura do respetivo contrato.

Sobre a supracitada votação, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto e a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, apresentaram a seguinte declaração de voto: *«Votam contra por entenderem que a deliberação revela incapacidade de resolver uma situação que se está a tornar definitiva tendo sido apresentada, inicialmente, como temporária e transitória.*

Estão desvirtuados os pressupostos que presidiram ao compromisso contratual inicialmente estabelecido. O prolongamento da situação importa custos injustificados do ponto de vista do Município que poderia encontrar uma solução menos onerosa.»

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

4. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E POPULAR DAS MARCHAS DE TÁBUA/PEDITÓRIO FEIRAS ANUAIS:

Deliberação n.º 299 – Presente o requerimento com a entrada em SGD n.º 4089, datada de 10 de outubro de 2016, da Associação Cultural e Popular das Marchas



CÂMARA MUNICIPAL

de Tábuia, documento que se dá por reproduzido, solicitando autorização para a realização de peditório nas Feiras Anuais de São Simão e São Martinho.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar o solicitado e isentar a referida instituição do pagamento de taxas, nos termos do disposto no artigo 10.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, em vigor.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

5. RASTREIO AUDITIVO GRATUITO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA/ACUSTICA MÉDICA:

Deliberação n.º 300 - Presente o e-mail, datado de 17 de outubro, findo, da Acústica Médica – Hidden Hearing (Portugal), Unipessoal, Lda., documento que se dá por reproduzido, solicitando autorização para ocupação da via pública com uma Unidade Móvel para, no âmbito da Campanha Nacional de Rastreio Auditivo, realizar um rastreio auditivo gratuito na Vila de Tábuia, no próximo dia 15 de dezembro, das 09h00m às 18h00m, no Largo Almeida Garrett.

Dado o Interesse do rastreio na prevenção de doenças auditivas e atendendo à credibilidade da empresa e à gratuidade do serviço, a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar a utilização do espaço público solicitado para o efeito, com dispensa do pagamento de taxas.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTABILIDADE



CÂMARA MUNICIPAL

6. ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2017/GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017/NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu, que temos um orçamento de valor superior em comparação com o ano anterior, devido sobretudo aos investimentos nas candidaturas que foram submetidas, tendo de obrigatoriamente estar previstas em termos de orçamento.

Mencionou, que obviamente temos verbas a definir para 2018 e eventualmente anos futuros, designadamente na Comunidade Intermunicipal, candidaturas do saneamento e do PARU.

Destacou, o grande investimento que é feito em termos de GOP em obras, que realmente vão ser muito importantes para o concelho e que o Executivo fez um grande esforço para conseguir elaborar este Orçamento, por forma a conseguirmos assumir todas as responsabilidades, mas tínhamos de ir à luta porque estamos a ser pressionados pela CCDRC e PEOSEUR.

Comunicou, que essencialmente, na parte da receita, temos algumas previsões de acréscimo de receita e também um aumento de cerca de 200 mil euros nas transferências do Orçamento de Estado.

Enalteceu, os esforços feitos para ter um orçamento equilibrado.

Intervenção do Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz

Interveio, o Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, reforçando as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, realçando o crescimento do orçamento, que é fruto de um conjunto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, essenciais para os desígnios do Município.

Como nota final, enalteceu o reforço do quadro de pessoal para 2017, que nos últimos anos e por diversos fatores tem sido reduzido, o qual prejudicou gravemente o nosso Município no seu exercício do dia a dia.



CÂMARA MUNICIPAL

Intervenção do Senhor Vereador, Prof. José Moura

Usando da palavra, o Senhor Vereador, Prof. José Moura, deu nota das dificuldades que o Executivo deve ter tido para elaborar este orçamento, principalmente numa fase em que os recursos são limitados, havendo um aumento em termos comparativos com o orçamento anterior, tendo por base a previsão de um conjunto de obras que vem possibilitar a melhoria da condição de vida dos Munícipes.

Mencionou, que é possível fazer este esforço, porque existe um equilíbrio financeiro que foi conseguido ao longo do tempo, referindo, no entanto, que existem áreas importantes que deviam ser reforçadas, mas acredita que neste momento não existe possibilidade em termos financeiros.

Intervenção do Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, reforçou a sua crítica sobre a indefinição quanto ao rumo a seguir relativamente à redução do passivo, realçando, que o Município tem as suas prioridades mas na sua opinião a redução do passivo não constitui de maneira nenhuma uma prioridade.

Neste âmbito, realçou negativamente o valor do orçamento, lembrando os valores de orçamentos aprovados em anos anteriores que rondavam os 9 milhões de euros e para o próximo ano estão previstos 16 milhões de euros, com a coincidência de ser ano de eleições autárquicas.

Questionou, em termos de receita, se é garantido que as rubricas sejam efetivamente cumpridas até 31 de dezembro de 2017, recordando o episódio do prazo médio de pagamentos.

Outra dúvida colocada, diz respeito ao montante global de dívidas a fornecedores, solicitando esclarecimentos neste âmbito.

Em relação à receita, o Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que só existem duas hipóteses, ou avançamos e candidatamo-nos às obras ou deixamos



CÂMARA MUNICIPAL

ir o dinheiro para outros concelhos e fazemos um orçamento igual aos anos anteriores.

Realçou, que estamos perante uma realidade, ou queremos fazer as obras ou queremos o atraso do concelho, porque caso contrário não temos alternativa.

Relativamente às dívidas a fornecedores, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que o valor diminuiu, estando neste momento em cerca de um milhão e meio de euros, com as obras que temos estado a fazer, sendo que em relação ao endividamento, mais uma vez no final do trimestre temos uma redução de cerca de 1% ao mês.

Intervenção da Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca

A Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, questionou, se no orçamento estão incluídos os compromissos dos anos 2016 e 2017.

Questionou, relativamente a dados reportados a 30 de junho, se a dívida a curto prazo é de 3 milhões e 900 mil euros, e se nos cálculos estão incluídos os empréstimos a curto prazo e a médio longo prazo.

Reforçou, as palavras do Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, relativamente ao valor das receitas, que está empolado, dando como exemplo os valores a receber do IMI, derrama, saneamento e da rubrica “outras taxas”.

Mencionou, que se o Município «não tem dinheiro, não pode ir a jogo».

Sobre os compromissos, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que todos os valores têm de constar sempre no orçamento, seja a dívida ou os compromissos.

No que diz respeito à questão da dívida a curto prazo, o Senhor Presidente da Câmara, solicitou à técnica superior, Marisa Andrade que procedesse aos devidos esclarecimentos técnicos, os quais foram prestados.



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que este orçamento é a única maneira do Município se poder candidatar a fundos comunitários, caso contrário irá deixar essas verbas disponíveis para outros Municípios.

Intervenção do Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz

Interveio o Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, afirmando que os Senhores Vereadores da Coligação PSD/CDS-PP, estão a querer dizer que este orçamento na sua perspetiva e este Executivo, assim como, os Tabuenses, têm de ficar sem uma série de investimentos vertidos neste documento, porque não podemos gastar ou ir “a jogo”, utilizando 5% de investimento no recinto da feira ou 15% na parte de requalificação do eixo da via e na questão das ETAR's.

Realçou, que o presente orçamento não apresenta só investimento, apresenta as dívidas todas que estão inerentes, o qual aumentou substancialmente derivado da capacidade de “irmos a jogo”, possibilitando avançar com candidaturas a fundos comunitários, porque hoje em dia não há nenhum Município em Portugal que se não for fruto do investimento do QREN e do Portugal 2020.

Esclareceu, que no passado, o Município foi “a jogo”, porque o Senhor Presidente da Câmara, liderou e investiu nesta matéria, realçando, que este orçamento não é eleitoralista, é um orçamento a pensar nas candidaturas que abriram agora, nomeadamente, no âmbito da eficiência energética, PARU, entre outras áreas, que temos de acompanhar, num esforço acompanhado por toda a Câmara Municipal, caso contrário ficamos para trás,

Mencionou, que além da redução da dívida, sempre de uma forma decrescente, existiu um crescimento do investimento, pelo que é mais do que claro que o orçamento está mais pesado em termos de números, derivado ao forte investimento que vai ser feito agora e nos próximos anos.

Em resposta ao Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, referiu que o mesmo deturpou os pressupostos da



CÂMARA MUNICIPAL

discussão, realçando, que esse problema de ir atrás de obras, através da apresentação de candidaturas, não é exclusivo do nosso Município, sabendo que todos os Municípios têm de andar a correr atrás de candidaturas para conseguir concretizar investimento.

Mencionou, que a questão é que ao longo de um período de longo prazo, alguns Municípios conseguiram manter uma situação financeira equilibrada, sem saneamentos financeiros e PAEL.

Salientou, que o ciclo vicioso é produto da intervenção das pessoas que têm estado, com vantagens e desvantagens, à frente dos destinos do nosso concelho há mais de 20/30 anos.

Deliberação n.º 301 – O Senhor Presidente da Câmara com a colaboração da Divisão Administrativa e Financeira, apresentou os Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2017 e a Norma de Execução Orçamental, documentos que se dão por reproduzidos, focando os principais projetos e objetivos a alcançarem ao longo do próximo ano.

Colocados à votação os documentos referentes às Grandes Opções do Plano no montante global de 8.830.757,00€ (oito milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e sete euros), Plano Plurianual de Investimentos no montante global de 5.692.679,00€ (cinco milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e nove euros) e Atividades Mais Relevantes no montante global de 3.138.078,00 € (três milhões, cento e trinta e oito mil e setenta e oito euros), foram os mesmos aprovados por maioria, com cinco votos a favor, dois votos contra e zero abstenções.

Colocado à votação o documento referente ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2017, no montante global de 16.045.580,00 € (dezasseis milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta euros), foi o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos a favor, dois votos contra e zero abstenções.



CÂMARA MUNICIPAL

No que diz respeito à supracitada votação, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto e a Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, apresentaram a seguinte declaração de voto: «*Votam contra porque:*

- *As rubricas da dívida (no que se refere a juros) ainda superiores à generalidade dos itens das Grandes Opções do Plano;*
- *Falta de rumo definido no que se refere à redução do passivo global;*
- *Injustificado aumento dos valores do orçamento coincidindo com ano de eleições;*
- *Dúvidas quanto ao valor dos pagamento em atraso no que se refere a credores não bancários (o que legitima a ponderação de que o Município se está a financiar transpondo o sacrifício do financiamento para os stakeholders fornecedores), sem prejuízo do esclarecimento verbalmente prestado em reunião pelo Senhor Presidente e que apontam para 1,5 milhões de euros;*
- *Dúvidas quanto à sustentabilidade da previsão da receita, concretamente quantos aos seguintes itens: IMI, derrama e saneamento;*
- *Dúvidas quanto ao tempo de recebimento das receitas de candidaturas.»*

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

7. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA PARA 2017 E RESPETIVO REGULAMENTO:

Deliberação n.º 302 - Pelo Senhor Presidente da Câmara, foram presentes as propostas do Mapa de Pessoal para 2017 e Regulamento Interno do Mapa de Pessoal, documentos que se dão por reproduzidos, os quais foram elaborados de acordo com os objetivos estratégicos previstos.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal para 2017 deste Município e o respetivo Regulamento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL

Mais foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, remeter os referidos documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

8. 12.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 12.ª ALTERAÇÃO ÀS GOP:

Deliberação n.º 303 - Presente a 12.ª Alteração ao Orçamento e a 12.ª Alteração às GOP, que acompanha a informação n.º 024/CF/16, da Contabilidade, datada de 18 de outubro de 2016, referente à mencionada alteração ao orçamento da despesa e às GOP, a fim de dar cobertura a encargos decorrentes da gestão orçamental, documentos que se dão por reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar a referida alteração ao Orçamento e às GOP, cumprindo o ponto 8.3.1 – Modificações do Orçamento, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, efetuadas ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 34.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cuja delegação de competências foi aprovada em reunião de Câmara de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi aprovada, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

9. LISTA DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:

Presente lista de processos de obras de edificações e outras operações urbanísticas, que foram submetidas a despacho do Senhor Vereador com



CÂMARA MUNICIPAL

competência subdelegada, de 20 a 27 de setembro de 2016, respetivamente, e que se dão por reproduzidas.

A Câmara tomou conhecimento.

10. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO:

Deliberação n.º 304 - Presente o processo de Comunicação Prévia n.º 61/2012-SAD/35/017, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Alteração e ampliação de moradia unifamiliar, situada no lugar de Vale Ferreiro, União de freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha e concelho de Tábua, em que é requerente Rosaria Maria Costa Marques Nunes.

Por não ter liquidado as taxas correspondentes à comunicação prévia da obra supra identificada e tendo decorrido o prazo de um ano a contar da admissão da comunicação prévia, acrescido da extensão de prazo prevista no n.º 3 do art.º 1.º do D.L. n.º 120/2013, de 21 de Agosto, foi realizada a audiência prévia da interessada para efeitos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, não se tendo a mesma pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação n.º 059/2016, datada de 21 de outubro de 2016, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, declarar a caducidade da Comunicação Prévia, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, articulado com o n.º 2 do mesmo artigo, e o arquivamento do processo.

Deliberação n.º 305 - Presente o processo de licenciamento n.º 91/2012-SAD/40/014, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Alteração e ampliação de edifício de arrumos para moradia unifamiliar, no lugar de Barras, freguesia e concelho de Tábua, em que é requerente Rudolf Shepers.

Verificando-se que o interessado não requereu o Alvará referente à licença da operação urbanística supra identificada no prazo estipulado no n.º 1 do artigo



CÂMARA MUNICIPAL

76.º do RJUE, o que implica a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º daquele diploma legal, foi realizada a audiência prévia do interessado para efeitos do n.º 5 do mesmo artigo, não se tendo o mesmo pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação n.º 060/2016, datada de 25 de outubro de 2016, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, declarar a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE.

Deliberação n.º 306 - Presente o processo de licenciamento n.º 48/2013-SAD/40/008, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Construção de uma casa de habitação - legalização, situada no lugar de Quinta do Sobral, S. Miguel, freguesia de Midões e concelho de Tábua, em que é requerente Manuel Pereira.

Verificando-se que o interessado não requereu o Alvará referente à licença da operação urbanística supra identificada no prazo estipulado no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, o que implica a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º daquele diploma legal, foi realizada a audiência prévia do interessado para efeitos do n.º 5 do mesmo artigo, não se tendo o mesmo pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação n.º 061/2016, datada de 25 de outubro de 2016, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, declarar a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE.

Deliberação n.º 307 - Presente o processo de licenciamento n.º 66/2013-SAD/40/014, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Construção de um Telheiro, situada no Edifício Barroqueiras II, R/c Dtº, Fração Z, lugar, freguesia e concelho de Tábua, em que é requerente João Carlos Pereira da Cruz.



CÂMARA MUNICIPAL

Verificando-se que o interessado não requereu o Alvará referente à licença da operação urbanística supra identificada no prazo estipulado no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, o que implica a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º daquele diploma legal, foi realizada a audiência prévia do interessado para efeitos do n.º 5 do mesmo artigo, não se tendo o mesmo pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação n.º 062/2016, datada de 25 de outubro de 2016, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, declarar a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, e o arquivamento do processo.

Deliberação n.º 308 - Presente o processo de licenciamento n.º 88/2012-SAD/40/018, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Alteração e ampliação de moradia - legalização, situada no lugar de Casal do Espírito Santo, União das , freguesias de Espariz e Sinde e concelho de Tábua, em que é requerente Lucinda da Silva Madeira Quaresma.

Verificando-se que a interessada não requereu o Alvará referente à licença da operação urbanística supra identificada no prazo estipulado no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, o que implica a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º daquele diploma legal, foi realizada a audiência prévia da interessada para efeitos do n.º 5 do mesmo artigo, não se tendo a mesma pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação n.º 063/2016, datada de 25 de outubro de 2016, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, declarar a caducidade da licença, nos termos do n.º 2 e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, e o arquivamento do processo.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 20/2016, para produção de efeitos imediatos.



CÂMARA MUNICIPAL

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

11. CONCURSOS E CONSULTAS:

Presente o processo de Ajuste Direto n.º 38-B/2016, relativo a “Aquisição de equipamento para o Ginásio Municipal de Tábua”, que se dá por reproduzido, adjudicado a TG – Technogym Portugal Unipessoal, Lda., pelo valor de 47.630,00€ (quarenta e sete mil, seiscientos e trinta euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2016.

A Câmara tomou conhecimento.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas e vinte minutos.

E, eu, André Hélio Fonseca Correia, servindo de Secretário, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

O Secretário,